

JOSÉ RAMOS TINHORÃO — *As Festas no Brasil Colonial*, São Paulo, Editora 34, 2000, p. 176

Especialista em diversos aspectos da cultura popular — como a música e os folhetos de cordel —, historiador atento ao rastreio da presença do negro, José Ramos Tinhorão tem-se revelado um investigador profícuo, contando mais de duas dezenas de livros publicados, de ambos os lados do Atlântico. De facto, alguns dos seus trabalhos mais significativos têm saído em Portugal, pela Caminho. É o caso de *As Origens da Canção Urbana*, *Os Negros em Portugal: Uma presença silenciosa*, *História Social da Música Popular Brasileira* e *Fado: Dança do Brasil, cantar de Lisboa*.

Na obra em apreço o A. aborda o tema da festa no Brasil do período colonial, procurando delinear uma panorâmica que estava por fazer. Trata-se, como Tinhorão esclarece, de uma missão difícil, dada a escassez e o carácter lacunar dos testemunhos que chegaram até nós. O primeiro mérito deste volume reside pois no levantamento das fontes, que surpreende sobretudo pela diversidade. Para o primeiro século de colonização, o A. recorre, como seria de esperar, às cartas dos jesuítas, aos relatos de viajantes e às observações de cronistas. Para o século XVII, o material é mais variado, incluindo textos pouco conhecidos, como sermões e folhetos de cordel, a par de impressões de estrangeiros, processos da Inquisição e a obra poética de Gregório de Matos. Relativamente aos dois últimos séculos, foram utilizadas obras de doutrinação religiosa, sátiras, relações de festas, ordens régias. A par destas fontes escritas, José Ramos Tinhorão inventariou também um vasto e raro material iconográfico. Parte dele é reproduzido no livro, acompanhado de cuidadas legendas explicativas.

O resultado da leitura atenta desse material é um esboço panorâmico da história brasileira do período colonial considerada a partir dos seus eventos públicos de carácter festivo. Ao contrário do que talvez fosse de esperar, como nota o A. na introdução, «o que durante mais de duzentos anos se regista como aproveitamento coletivo do lazer na colônia americana de Portugal não seriam propriamente festas dedicadas à fruição do impulso individual para o lúdico, mas momentos de sociabilidade festiva, propiciadas ora por efemérides ligadas ao poder do estado, ora pelo calendário religioso estabelecido pelo poder espiritual da Igreja» (p. 7). Apesar disso, «o esquema de controle da participação popular nos eventos públicos não se efetivava, na prática, com a rigidez que se poderia imaginar» (p. 8).

A abordagem do primeiro século de colonização começa por considerar a *Carta de Caminha* a D. Manuel, que permite a Tinhorão pôr em relevo o facto de o encontro

dos europeus com os indígenas ter revestido um clima de festa, que incluiu música — com gaita de foles e tamboril — e uma dança colectiva, de acordo com os usos do mundo rural ibérico. Ainda considerando o relato contido nessa “certidão de nascimento” do Brasil, o A. reflecte sobre a cerimónia de implantação da cruz, notando a tendência que se virá a confirmar nas festividades do período colonial: «a movimentação da solenidade constituía apenas espetáculo para ser visto à distância, e não uma festa destinada à participação» (p. 18).

O período seguinte foi marcado pelo início da missionação dos jesuítas, os quais, apesar de terem recorrido à língua e à música dos indígenas como instrumentos de catequese, não permitiram «o surgimento de qualquer forma nova que se pudesse esperar de um encontro de diferentes culturas» (p. 23). Os grandes momentos de festividade coincidem com as procissões de Corpus Christi e das Onze Mil Virgens, feitas segundo o modelo europeu. No domínio das comemorações de cariz não-religioso, o A. destaca a chegada de Mem de Sá à Baía em 1560, depois da vitória dos invasores franceses do Rio de Janeiro.

Quanto ao século XVII, «revelar-se-ia muito pobre de festas oficiais capazes de merecer registro histórico» (p. 51). Entre as excepções destaca-se a aclamação de D. João VI como novo rei, pretexto para uma importante festa realizada no Rio de Janeiro, em 1641, que — em obediência ao modelo da metrópole — incluiu uma encamisada, um alarde geral, uma corrida de touros, outra de manilhas e um jogo de canas. Num outro âmbito, o A. destaca ainda um acontecimento festivo bem curioso. Ocorrido em Pernambuco — à época ocupado pelos holandeses — a 28 de Fevereiro de 1644, ficaria conhecido como Boi Voador. Coincidindo com a inauguração de uma ponte sobre o rio Capibaribe, tratou-se de uma forma engenhosa, idealizada pelo próprio príncipe Maurício de Nassau, de arrecadar dinheiro, levando os circunstantes a atravessar a ponte e a pagar a correspondente portagem. Tendo anunciado que quem comparecesse à festa veria um boi voar, Nassau cumpriu a promessa do seguinte modo: como havia no Recife um boi conhecido pela sua mansidão, mandou encher de palha um boi de cor semelhante e, depois de exhibi-lo e de o esconder, fez deslizar o falso por uma corda estendida do alto do seu jardim até ao outro lado da rua.

O século seguinte é o das festas barrocas, caracterizadas pelo desfile sobre rodas de alegorias. O primeiro desses aparatosos desfiles ocorreu em Vila Rica, a 24 de Maio de 1733, motivado pela trasladação do Diviníssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para o novo templo da Senhora do Pilar. Outros eventos importantes foram a recepção e posse do primeiro bispo de Mariana, em 1748 e a comemoração, em Fevereiro de 1786, no Rio de Janeiro, do casamento do Príncipe D. João com D. Carlota Joaquina.

O século XIX continua a ter como principais oportunidades festivas as que são promovidas pela Igreja e pelo Estado. Só ao longo do Segundo Império começariam a surgir as «diversões públicas dirigidas ao gosto das camadas burguesas: as festas carnavalescas de rua e as diversões em ambientes fechados, como os bailes públicos e os espetáculos do teatro musicado» (p. 133). Apesar disso, a nova tendência incorpora marcas da tradição, visíveis, por exemplo, na «organização processional dos futuros blocos,

RECENSÃO

ranchos de carnaval e escolas de samba, e a vocação para as encenações coletivas, através da armação de enredos e do uso de fantasias» (p. 133).

Concluindo, cremos que este enfoque novo que José Ramos Tinhorão nos apresenta sobre o Brasil do período colonial supre uma lacuna dos estudos historiográficos e contém uma série de elementos de interesse para diversas áreas disciplinares.

Francisco Topa